



XIII ENCONTRO CATARINENSE DE ARQUIVOS

DA GESTÃO AO
PATRIMÔNIO
DOCUMENTAL

ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

XIII ENCONTRO CATARINENSE DE ARQUIVOS

“Arquivos: da gestão ao patrimônio documental”

ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
(Org.)

XIII ENCONTRO CATARINENSE DE ARQUIVOS

“Arquivos: da gestão ao patrimônio documental”

FLORIANÓPOLIS
2018

© 2018 A reprodução desse livro na íntegra ou em parte é permitida, desde que citados os créditos.
Proibida a venda.

Comissão Organizadora

Leolíbia Luana Linden
Luiza Morgana Klueger Souza
Camila Schwinden Lehmkuhl
Amanda Herzmann Vieira
Fernanda Frasson Martendal
Renata Ventura

Comissão Científica

Camila Schwinden Lehmkuhl
Débora Flores
Eliandro da Costa
Eva Cristina Leite da Silva
Francisco Cougo Junior
Graziela Martins de Medeiros
Sonali Molin Bedin
Suéllem Chrystina Leal da Silva

Coordenação Editorial: Luiza Morgana Klueger Souza

Raffaela Dayane Afonso CRB 14/1155

E56a Encontro Catarinense de Arquivos (13. : 2017:
 Florianópolis,
 SC)
 Anais do XIII Encontro catarinense de arquivos: “da gestão
 ao patrimônio documental” / Organizado [por] Associação dos
 Arquivistas do Estado de Santa Catarina . – Florianópolis:
 Editora AAESC, 2018
 103 p. : il. Color

 ISBN: 978-85-60561-00-1

 1. Arquivologia. 2. Gestão documental. 3. Patrimônio
 Documental - Arquivos. I. Associação dos Arquivos do Estado
 de Santa Catarina

 CDU 025.171(816.4)

SUMÁRIO

5 Prefácio

7 Arquivologia Catarinense: breve histórico sobre seus elementos constitutivos

Archivology of Santa Catarina: summary historic on their constitutive elements

Camila Schwinden Lehmkuhl, Fernanda Frasson Martendal, Leolíbia Luana Linden, Luiza Morgana Klueger Souza, Renata Ventura

EIXO 1 - Gestão de Documentos

AXIS 1 - Records Management

26 Arquivometria: métricas para a gestão de documentos

Archivometrics: metrics for records management

Ana Paula Alves Soares, Adilson Luiz Pinto e Ezmir Dippe Elias

36 Arquivos Fotográficos Brasileiros: Preservação em Risco

Brazilian Photographic Archives: Preservation in danger

Raquel Oliveira Melo e Anna Carla Almeida Mariz

43 Erradicação da Infestação Biológica por Insetos Xilófagos no Arquivo Histórico de Joinville

Eradication of Biological Infestation by Xylophagous Insects in the Historical Archives of Joinville

Isabel Cristina Busko

52 Integração de elementos descritivos da ISDIAH e ISAAR (CPF) para a construção de instrumentos de pesquisa em arquivos

Integration of descriptive elements of ISDIAH and ISAAR (CPF) for the construction of finding aid in archives

Luciane Paula Vital, Leolíbia Luana Linden e Marisa Brascher

61 Preservação do patrimônio documental do município de Florianópolis: a digitalização como uma alternativa

Preservation of the documentary patrimony of the municipality of Florianópolis: digitalization as an alternative

Marcio Simas da Silva e Eliana Maria dos Santos Bahia

Eixo 2 - Patrimônio Documental

AXIS 2 - Documentary Patrimony

69 A obrigatoriedade da implantação de arquivos públicos municipais

The mandatory implementation of public municipal files

Gisele Silva Aguiar e Edna Bochi

78 Repositórios virtuais da legislação brasileira: o caso da educação indígena no Brasil e em Santa Catarina

Virtual repositories of Brazilian legislation: The case of indigenous education in Brazil and Santa Catarina

Jefferson Virgílio

Eixo 3 - Interdisciplinaridade e Arquivologia

AXIS 3 - Interdisciplinarity and Archivology

87 O Ensino de Arquivologia no Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação: uma reflexão atual

The Archivology teaching in the librarianship course and management of information units: a current reflection

Thayron Rangel, Railane Pereira e Antônio Victor Botão

97 ANEXOS: Fotos do XIII Encontro Catarinense de Arquivos

EIXO 1 - GESTÃO DE DOCUMENTOS

Axis 1 - Records Management

Integração de elementos descritivos da ISDIAH e ISAAR (CPF) para a construção de instrumentos de pesquisa em arquivos

Integration of descriptive elements of ISDIAH and ISAAR (CPF) for the construction of finding aid in archives

Luciane Paula Vital (1), Leolibia Luana Linden (2), Marisa Brascher (3)

(1) Universidade Federal de Santa Catarina, luciane.vital@ufsc.br (2) leolibialuana@gmail.com (3) marisa.brascher@ufsc.br

Resumo: As instituições arquivísticas tem na atualidade novas e diferentes possibilidades de divulgação e acesso aos seus conjuntos documentais. A tarefa de dar visibilidade e possibilitar ao usuário conhecer os fundos documentais é fundamental no processo de democratização da informação. Tem por objetivo analisar os elementos presentes nas normas ISDIAH e ISAAR (CPF) que podem ser integrados em um instrumento de pesquisa Guia. Esse estudo caracteriza-se como exploratório e bibliográfico. Como resultados, verificou-se que, quando a ISAAR(CPF) representa o registro de autoridade para entidade coletiva, as áreas de Identificação e Descrição podem ser utilizadas em conjunto com as áreas de Identificação, Contato, Descrição, Acesso e Serviços da ISDIAH. Esse conjunto de áreas das duas normas complementam-se, o que possibilita uma integração e a construção da parte introdutória do Guia, que fornece informações gerais e contextuais da instituição custodiadora. Partindo da representação dessas informações, pode-se avançar na caracterização dos fundos documentais integrantes desse arquivo, também um objetivo do Guia.

Palavras-chave: Instrumentos de pesquisa. Guia. ISAAR(CPF). ISDIAH.

Abstract: Archival institutions have new and different possibilities of dissemination and access to their documentary sets. The task of giving visibility and enabling the user to know the documentary funds is fundamental in the process of democratization of information. It aims to analyze the elements present in the ISDIAH and ISAAR (CPF) standards that can be integrated in a Guide Finding Aid. This study is characterized as exploratory and bibliographic. As results, it was verified that, when ISAAR (CPF) represents the registration of authority for collective entity, the Identification and Description areas can be used in conjunction with ISDIAH's Identification, Contact, Description, Access and Services areas. This set of areas of the two standards complement each other, which enables an integration and construction of the introductory part of the Guide, which provides general and contextual information of the custodial institution. Based on the representation of this information, we can advance in the characterization of the documentary resources that are part of this archive, also an objective of the Guide.

Keywords: Finding Aid. Guide. ISAAR(CPF). ISDIAH.

1 Introdução

As instituições arquivísticas tem na atualidade nova e diferentes possibilidades de divulgação e acesso aos seus conjuntos documentais. A tarefa de dar visibilidade e possibilitar ao usuário conhecer os fundos documentais é fundamental no processo de democratização da informação. Os arquivistas têm um papel social que perpassa os processos técnicos e possibilita a ampliação do acesso e da compreensão dos conjuntos documentais sob custódia de instituições públicas e privadas. Esse papel vai além da aplicação de metodologias e processos técnicos, mas não prescinde deles. A atividade de descrição arquivística, que cria representações relevantes dos conjuntos documentais, algumas vezes restringe-se à aplicação pura de normas técnicas. A contextualização no uso de normas técnicas, promovendo adaptações de acordo com os objetivos, é fundamental. Acredita-se que a normalização proporciona maior consistência e

desenvolvimento teórico e metodológico a qualquer área do conhecimento, não é diferente com a arquivologia. Nesse sentido, trataremos aqui especificamente das normas técnicas ISDIAH – Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico e a ISAAR (CPF) - Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. De que forma as normas ISDIAH e ISAAR(CPF) podem ser utilizadas em conjunto na construção do instrumento de pesquisa Guia?

Esse estudo caracteriza-se como exploratório e bibliográfico. Tem por objetivo analisar os elementos presentes nas normas ISDIAH e ISAAR (CPF) que podem ser integrados em um Guia.

2 Descrição Arquivística

A partir da criação da estrutura classificatória, a Descrição Arquivística é estruturada, respeitando-se as relações estabelecidas. Assim, a classificação fornece a base, plano de classificação, sobre a qual a descrição arquivística é desenvolvida. Ao analisar a origem da palavra 'Descrição', Duranti (1993, tradução nossa) explica que deriva do Latim e significa “cópia, design, traço, delimitação ou classificação” e, etimologicamente, descrição deriva da preposição 'de' e do verbo 'escrever', o que significa 'escrever sobre' (to write about). Segundo a autora supracitada (1993, p.47, tradução nossa), o termo 'descrição arquivística', literalmente, significa escrever sobre materiais de arquivo, e abrange as ideias de representação, identificação e organização.

Duranti (1993) analisa a atividade que podemos nomear descrição ao longo do tempo. É possível constatar a existência na Grécia e Roma Antiga, de listas para controle dos materiais, com fins de organização e administração. Citando Lodolini (1987), Duranti (1993, p.49), diz que essas listas serviam à função de “Memória perpétua”, um conceito jurídico que diz que os documentos preservados em arquivos são autênticos e evidências permanentes de ações passadas. Bonal Zazo (2001) aponta diversas definições para o termo Descrição Arquivística, e divide os conceitos em antes e depois da normalização. No seu desenvolvimento técnico, especialmente na década de 1980, havia uma carência de normas e padrões para essa atividade, com a justificativa da unicidade do documento arquivístico, as normas técnicas vinham sendo deixadas de lado e sendo perpetuadas práticas descritivas idiossincráticas (WEBER, 1989). No período anterior às normas (até aproximadamente a década de 80), segundo o autor supracitado, a maioria das obras definem a descrição a partir de três elementos básicos: a atividade desenvolvida (resumo, elementos do documento), o resultado (instrumentos de pesquisa) e o objetivo da descrição (facilitar o acesso ao conteúdo), as duas últimas são mais frequentes na literatura. Em função da importância dada ao resultado ou ao objetivo, distinguem-se dois conceitos predominantes: um que equipara a operação de descrever ao desenvolvimento de instrumentos de pesquisa, e o segundo que considera a descrição como a atividade destinada a representação dos documentos. A equiparação da DA com os instrumentos de pesquisa já aparece no Manual dos Holandeses, como é conhecida a obra dos autores Muller, Feith e Fruin (1973), que não a tratam como uma operação, mas como a própria elaboração desses materiais, visando a recuperação, embora já enumerem uma série de regras a serem seguidas e, posteriormente, adotadas na atividade de descrição.

A área da Arquivologia segue essa definição, sem diferenças na literatura em relação ao conceito de Descrição Arquivística nesse período. Segundo Bonal Zazo (2001), um dos autores que entende a descrição como o desenvolvimento de instrumentos de pesquisa é Theodore Schellenberg, que define a DA como o conjunto de atividades desenvolvidas com a finalidade de elaborar instrumentos de pesquisa. Esse conceito foi bastante influente na literatura até a década de 90.

Schellenberg (2009) na sexta edição (terceira reimpressão) de seu clássico, 'Arquivos modernos: princípios e técnicas', mesmo não apresentando a atividade de descrição de forma autônoma em relação aos instrumentos de pesquisa, já apresenta a separação entre a atividade e seu produto, dizendo que

Ao realizar esse trabalho [Descrição Arquivística], o arquivista se inteira da procedência², do conteúdo, do arranjo e do valor dos papéis. Esses dados são por ele registrados em instrumento de busca que servem a um duplo propósito: a) tornar os papéis conhecidos às pessoas que possam vir a se interessar pelos mesmos; e b) facilitar ao arquivista a pesquisa. (SCHELLENBERG, 2009, p.313)

Na Espanha, o Dicionário de Terminologia Arquivística (DICCIONARIO, 1995) estabelece a descrição como a fase do tratamento arquivístico destinada à elaboração dos 'instrumentos de consulta', para facilitar o conhecimento e acesso aos fundos documentais e coleções de arquivos.

A descrição vista como representação dos documentos, e não como seu resultado (instrumentos de pesquisa), é definida por Heredia Herrera (1991, p.300) como

La descripción es el puente que comunica el documento con los usuarios. En la cabeza del puente está el archivero que realiza una tarea de análisis que supone identificación, lectura, resumen e indización que transmite al usuario para que éste inicie la recuperación en sentido inverso a partir de los índices.

Heredia Herrera (1991, p. 299) ressalta que, “Resulta curiosa la falta de definiciones en los Manuales más divulgados (Francia, Canadá, Italia)” e atribui a Theodore Schellenberg o uso do termo descrição para se referir às atividades que o arquivista desenvolve para elaborar instrumentos de pesquisa, que facilitam, segundo a autora, o acesso aos fundos documentais e/ou documentos específicos.

A norma ISAD (G), na sua 2ª edição de 2000, sedimenta o entendimento dos instrumentos de pesquisa como produtos da Descrição Arquivística:

A elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o

contexto e o sistema de arquivo que os produziu. (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2000, p.4)

Além disso, a norma ISAD (G) caracteriza essa atividade como um processo de organização e representação da informação.

Assim, nesse trabalho entendemos os instrumentos de pesquisa como produtos do processo de organização e representação da informação que ocorre na atividade de Descrição Arquivística.

2.1 Instrumentos de Pesquisa

Os instrumentos de pesquisa são ferramentas que tem a função de orientar o acesso, a consulta e a divulgação do acervo por meio da sistematização das informações de descrição, que quando organizadas de maneira lógica, o constituem.

Os instrumentos de descrição documental fundamentais que são confeccionados pelo arquivista constituem a ponta de lança da arquivística. Permitem a comunicação da informação orgânica no seio da organização junto dos utilizadores. (ROUSSEAU E COUTURE, 1998, p. 137)

Dessa forma, os instrumentos de pesquisa representam a estrutura do arquivo e de seus conjuntos documentais, proporcionando a comunicação entre esses dois mundos: o arquivo e o seu usuário. Para Lopez (2002, p.10), os instrumentos de pesquisa têm a função de orientar a consulta, determinando quais são e onde estão os documentos descritos.

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL (BRASIL), 2005, p.108), instrumento de pesquisa é o “meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidas. Expressão normalmente empregada em arquivos permanentes”.

Para Bellotto (2006, p. 180), instrumentos de pesquisa são “obras de referência que identificam, resumem e localizam, em diferentes graus e amplitude, os fundos, as séries documentais e/ou as unidades documentais existentes em um arquivo permanente.” Porém, se pensarmos nos instrumentos de pesquisa como viabilizadores do acesso, não é possível restringi-los ao arquivo permanente.

Corroborando, Luis Carlos Lopes (2009, p. 322), teórico contemporâneo de perspectiva integrada, salienta o tratamento único das três idades, uma vez que a descrição começa no processo de classificação, continua na avaliação e se aprofunda no desenvolvimento de instrumentos de pesquisa, promovendo, portanto, acesso e recuperação em qualquer fase documental.

Heredia Herrera em sua obra “Arquivística Geral Teoria e Prática” dedica alguns de seus capítulos a cada um dos instrumentos de pesquisa, em uma ordem que respeita os níveis de descrição do geral para o específico: guia, inventário, catálogo e índice.

Ainda segundo Heredia Herrera (1991, p.318), diferentes tipos de instrumentos de pesquisa são gerados de acordo com o nível da classificação dos documentos que estão sendo descritos. Portanto, temos a cada nível de descrição uma possibilidade diferente de instrumento de pesquisa a ser desenvolvido. Nesse trabalho trataremos do instrumento de pesquisa mais geral, que apresenta o arquivo e seus conjuntos documentais, que também pode ser considerado um cartão de visitas, o Guia.

2.1.1 Guia

Guia é definido no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística como “instrumento de pesquisa que oferece informações gerais sobre fundos e coleções existentes em um ou mais arquivos.” (ARQUIVO NACIONAL (BRASIL)2005, p.102).

Segundo Paes, guia é uma

Obra destinada à orientação dos usuários no conhecimento e na utilização dos fundos que integram o acervo de um arquivo permanente. É o instrumento de pesquisa mais genérico, pois se propõe a informar sobre a totalidade dos fundos existentes no arquivo. (2004, p. 127)

Nesse sentido, Lopez afirma que “o guia é, preferencialmente, o primeiro instrumento de pesquisa a ser produzido por um arquivo. Ele é a porta de entrada da instituição e permite um mapeamento panorâmico do acervo.” (2002, p.23).

Vê-se, portanto, que o guia deve ser o primeiro instrumento de pesquisa a ser produzido em um arquivo, pois ele permite uma visão geral do acervo, desde as informações institucionais até as específicas sobre os fundos documentais. Sua linguagem deve ser acessível, possibilitando assim atingir um maior número usuários e não apenas pesquisadores e profissionais da área.

Para instituições que não apresentam a documentação completamente organizada, um guia é fundamental para conhecer melhor a situação do acervo, auxiliando na elaboração de estratégias de organização. O guia é um instrumento descritivo e feito com espírito prático, tendo como finalidade informar o histórico, a estrutura, a natureza, a quantidade e o período de tempo de cada fundo integrante do arquivo (BELLOTTO, 2006, p. 191).

Como discutido anteriormente, por proporcionar uma visão ampla de um acervo, o guia deve constar dados básicos necessários que orientem os usuários, desde as

informações institucionais (como o endereço, contatos e horário de atendimento) até as informações específicas (como os fundos e as coleções ali existentes, as condições de acesso e as possibilidades de reprodução de documentos).

A estrutura do guia, basicamente, contém uma introdução com o histórico da instituição e a explicação do processo de formação do acervo. É por meio do guia que o pesquisador pode planejar sua visita, conhecendo as condições de consulta, acesso e reprodução e quais conjuntos documentais o interessam.

É possível desenvolver um guia de diferentes formas, algumas instituições optam por guias mais elaborados, com imagens coloridas e encadernações diferenciadas. Outras optam por guias mais técnicos, com formato simplificado, contendo o mínimo de informações necessárias, considerado igualmente importante. A escolha do tipo na elaboração vai depender da política de divulgação da instituição e dos custos disponíveis, mas é preciso cuidar para que um projeto muito elaborado e fora do alcance não retarde sua elaboração e disponibilização.

Considera-se que as informações de um guia podem ser modificadas com frequência. Sendo assim, esse instrumento não pode ser elaborado de modo definitivo, e sim com atualizações programadas desde sua primeira elaboração.

Heredia Herrera (1991, p.328) afirma que o instrumento de pesquisa Guia é composto por três partes: (1) Capítulos introdutórios, em que são dadas as informações mais amplas do arquivo como horário de funcionamento, condições de acesso, recursos e serviços prestados, criação do arquivo, construção do edifício, história da instituição, instrumentos de descrição e estrutura do arquivo e de seus fundos e coleções; (2) Descrição dos Fundos e Coleções é a parte mais importante de um guia, pois informa de maneira clara e sintética a estrutura da documentação; (3) nos Apêndices ficam os anexos ao conteúdo do guia, por exemplo, plantas do edifício, fotografias de documentos significativos.

A literatura apresenta diferentes elementos que podem constituir esse instrumento de pesquisa tão importante no acesso ao arquivo. Porém, o Conselho Internacional de Arquivos - ICA discutiu (e discute) normas técnicas que podem subsidiar o desenvolvimento desses instrumentos, com consistência e um padrão compartilhado.

2.2 Normalização

O processo de Descrição Arquivística é respaldado por uma norma internacional, a Internacional Standard Archival Description (ISAD (G)) (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES - ICA, 2000),

desenvolvida pelo Conselho Internacional de Arquivos. Na criação de uma norma internacional, o ICA tinha a missão de conciliar diferentes práticas descritivas, respeitando diferenças em busca de um documento normalizador único. Para isso, organismos arquivísticos internacionais, entidades de classe, arquivos nacionais, assim como profissionais arquivistas ao redor do mundo, foram ouvidos.

Em 1994, obtêm-se o resultado dos estudos realizados com a publicação da ISAD(G) que possibilita ser aplicada a documentos de qualquer suporte. Com o objetivo de adaptar a norma internacional à realidade brasileira, em 2006 foi publicada no Brasil a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE, 2006). As normas de descrição arquivística são alicerçadas em princípios teóricos aceitos pela comunidade arquivística.

Criada para ser referência, a ISAD (G), assim como a NOBRADE, é aplicável a qualquer forma e suporte de documento, e combinada com regras e normas nacionais, o que é desejável. A Norma estabelece um conjunto de regras gerais para a descrição arquivística, objetivando:

- a) assegurar a criação de descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas;
- b) facilitar a recuperação e a troca de informação sobre documentos arquivísticos;
- c) possibilitar o compartilhamento de dados de autoridade; e
- d) tornar possível a integração de descrições de diferentes arquivos num sistema unificado de informação. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p.11)

Esses objetivos apresentados na ISAD(G) vão ao encontro do objetivo desse trabalho, conferir maior qualidade ao processo descritivo por meio da integração de normas técnicas, que foram criadas com esse intuito, no desenvolvimento dos instrumentos de pesquisa. Em uma breve cronologia, temos:

1994 – Lançada a norma ISAD(G), que fornece orientação para descrição do fundo e suas partes componentes.

1996 – Lançada a norma ISAAR(CPF), que dá orientação para a criação de registros de autoridade sobre os produtores de materiais arquivísticos, complementando a ISAD(G).

2007 – Lançada a norma ISDF, que fornece orientação para a descrição das funções dos produtores de documentos.

2008 – Lançada a norma ISDIAH, que objetiva criar um sistema de informação arquivística mais útil,

padronizando uma descrição separada e normalizada dos custodiadores.

O objetivo é analisar os elementos das normas ISAAR(CPF) e ISDIAH na construção do instrumento de pesquisa Guia.

2.2.1 ISAAR (CPF) - Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias

A padronização de registros de autoridade é fundamental para a recuperação da informação em qualquer instituição que mantenha um sistema de informação. Na atividade de descrição é um dos elementos que compõem o conjunto obrigatório de informações a serem registradas.

Os registros de autoridade em arquivos podem ser utilizados para:

- a. descrever uma entidade coletiva, pessoa, ou família como unidades dentro de um sistema de descrição arquivístico; e/ou
- b. controlar a criação e uso de pontos de acesso em descrições arquivísticas;
- c. documentar relações entre diferentes produtores de documentos e entre essas entidades e os documentos que produziram e/ou outros recursos sobre ou produzidos por essas mesmas entidades. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – ISAAR (CPF), 2004, p.11)

Em sua estrutura a ISAAR (CPF) indica quatro áreas que evidenciam os elementos de contexto de produção do documento por meio da descrição de sua instituição produtora.

A Área 1 indica os elementos de Identificação, contendo informações relacionadas ao tipo de autoridade que está sendo descrita (entidade coletiva, pessoa ou família), as formas autorizadas de nome para controle de vocabulário, assim como as formas paralelas de nome que podem ser encontrados para se referir a instituição que está sendo descrita.

A Área 2 indica os elementos de Descrição que tem por objetivo descrever a história, o papel, o contexto e as atividades da autoridade que está sendo descrita, como por exemplo, datas de existência, locais de atuação, status legal, suas funções, fontes de autoridade e contexto em geral.

A Área 3 indica os elementos de Relacionamento, essa área procura evidenciar as demais entidades que podem se relacionar com a autoridade que está sendo descrita, informando nome, categoria, descrição, data e local deste relacionamento.

A Área 4 indica os elementos de Controle que identificam, por meio de um registro de autoridade, no contexto em que ele será utilizado, utilizando-se de

resoluções locais ou internacionais para essa padronização.

Os elementos que compõe a ISAAR (CPF) podem ser observados no Apêndice A.

2.2.2 Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico - ISDIAH

Essa norma tem o objetivo de apresentar elementos que possam descrever, identificando instituições que mantenham acervos arquivísticos.

A norma permite:

- o fornecimento de orientação prática na identificação e contato com instituições com acervos arquivísticos e no acesso ao acervo e aos serviços disponíveis;
- a elaboração de diretórios de instituições com acervo arquivístico e/ou listas de autoridade;
- o estabelecimento de conexões com listas de autoridade de bibliotecas e museus e/ou o desenvolvimento de diretórios comuns de instituições de patrimônio cultural nos níveis regional, nacional e internacional; e
- a produção de estatísticas de instituições com acervo arquivístico, nos níveis regional, nacional ou internacional. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - ISDIAH, 2009, p.11)

De acordo com sua estrutura, a ISDIAH é composta por seis áreas que evidenciam informações relacionadas às características das instituições que mantém sob sua custódia documentos arquivísticos.

A Área 1 indica os elementos de Identificação da instituição, contendo informações sobre as diferentes nomenclaturas que a mesma pode ser referida, assim como a natureza institucional quanto aos órgãos de vinculação.

A Área 2 indica os elementos de Contato, informando dados que possibilitem que o usuário acesse a instituição, como endereço, e-mail, telefone e a indicação do responsável pelo contato com os usuários.

A Área 3 indica os elementos de Descrição, que irão apresentar a história da instituição quanto ao seu contexto geográfico e cultural, evidenciando sua função junto à sociedade. Esta área também tem o objetivo de representar a estrutura administrativa, assim como sua política de gestão e publicações disponíveis.

A Área 4 indica os elementos de Acesso, que expõe o horário de atendimento e as condições e requisitos para o uso do acervo que a instituição custodia. Nessa área, também são incluídos elementos de acessibilidade à instituição.

A Área 5 indica os elementos de Serviços, informa o funcionamento de pesquisa reprodução dos documentos custodiados pela instituição que está sendo descrita. Nessa área, podem ser descritos os recursos

que a instituição possui para a prestação de serviço aos seus usuários.

A Área 6 indica os elementos de Controle que irá tratar das questões de ordem técnica da descrição realizada pela instituição, informando o nível de detalhamento e as regras utilizadas para esta descrição, assim como a data de sua última atualização.

Os elementos que compõe a ISDIAH podem ser observados no Apêndice B.

2.3 Análise dos elementos

Enquanto a ISAAR (CPF), atua na intenção de caracterizar autoridades (instituições, pessoas e/ou famílias) fornecendo informações do contexto de produção desses documentos, a ISDIAH pretende identificar as instituições que custodiam documentos de arquivo, caracterizando suas especificidades e fornecendo dados para tornar possível o acesso aos documentos. Em análise comparativa da estrutura de elementos que compõe as normas ISAAR (CPF) e ISDIAH, é possível constatar que embora tenham objetivos diferentes, alguns campos de descrição se complementam, evidenciando a relevância dos elementos em questão. Os elementos que convergem entre as normas são os relacionados às áreas de Identificação, Descrição e Controle. Quando a ISAAR(CPF) representa entidade, a área de Identificação tem o mesmo objetivo que a ISDIAH, padronizar a forma de identificação de nomenclaturas atribuídas a entidade ou instituição, para que elas possam ser identificadas em diferentes contextos.

A área de Descrição vai evidenciar informações de contexto histórico, cultural e regional da entidade ou instituição, tendo o mesmo objetivo em ambas as normas. Assim, compreendemos mais uma vez a importância do contexto para o melhor entendimento e percepção da produção de determinados documentos que compõe um determinado acervo.

Com base no que a literatura nos indica como concepção do instrumento de pesquisa guia, constituindo-se na “porta de entrada” da instituição, é possível identificarmos um conjunto de informações que podem basear a estruturação deste instrumento de pesquisa.

Considerando o desenvolvimento do instrumento de pesquisa Guia, podemos afirmar que, quando a ISAAR(CPF) representa o registro de autoridade para entidade coletiva, as áreas de Identificação e Descrição podem ser utilizadas em conjunto com as áreas de Identificação, Contato, Descrição, Acesso e Serviços da ISDIAH. Esse conjunto de áreas das duas normas complementam-se e até repetem elementos, como exemplo, 'Forma autorizada do nome', o que possibilita uma integração e a construção da parte introdutória do Guia, que fornece informações gerais e contextuais da

instituição custodiadora. Partindo da representação dessas informações podemos avançar na caracterização dos fundos documentais integrantes desse arquivo, elemento que também constitui uma parte importante do Guia.

3 Considerações

A normalização dos processos técnicos se constitui em um processo importante na consolidação de uma área científica. Na Arquivologia, a atividade de Descrição Arquivística teve um impulso com a formação de grupos de trabalho que culminaram na norma internacional. Com ela, sentiu-se necessidade de normas complementares e na atualidade, da integração desses processos, pois constituem-se em representações dos conjuntos documentais que se complementam.

Os instrumentos de pesquisa são produtos do processo descritivo que objetivam facilitar o acesso e controle dos documentos para profissionais e usuários. O Guia constitui-se em um instrumento primeiro, fundamental para a difusão e promoção do acervo de uma instituição. O Guia pode ser materializado em diferentes formatos, de acordo com a realidade e especificidade de cada instituição, como por exemplo, cartilhas, folders, blog, redes sociais e websites. Por sua importância na visibilidade do arquivo na sociedade, precisa ser pensado de forma consistente, apresentando de forma clara e objetiva informações que, de fato, possibilitem o acesso e o entendimento de seu acervo.

O arquivista tem a responsabilidade com esse desenvolvimento, como pesquisador e mediador da informação que descreve. Assim, esse trabalho apresentou uma análise dos elementos das normas ISAAR(CPF) e ISDIAH como subsídios para o desenvolvimento do instrumento de pesquisa Guia. A integração das normas de descrição garantem qualidade, consistência e uma adequada representação dos conjuntos documentais.

Referências

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro, 2005.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BONAL ZAZO, José Luis. La descripción archivística normalizada: origen, fundamentos, principios y técnicas. Gijón: Trea, 2001. *Biblioteconomía y Administración Cultural*; 55.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): norma internacional de descrição arquivística. 2.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. (Publicações técnicas, n. 49). Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isad_g_2001.pdf. Acesso em: 15 out. 2017.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR(CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. (Publicações Técnicas; 50)
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDIAH: Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. (Publicações Técnicas; 54).
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
- DICCIONARIO de terminología archivística. 2. ed. Madrid: Subdirección General de los Archivos Estatales, 1995.
- DURANTI, Luciana. Origin and development of the concept of archival description. *Archivaria*, n.35, p.47-54, Spring, 1993.
- HEREDIA HERRERA, Antonia. *Archivística General: teoría y práctica*. 5.ed. Sevilla : Diputación de Sevilla, 1991.
- LOPES, Luis Carlos. *A nova arquivística na modernização administrativa*. 2. ed. Brasília: Projeto Editorial 2009.
- LOPEZ, André Porto Ancona. *Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002. 60 p. (Projeto como fazer, 6)
- MULLER, Samuel; FEITH, Johan Adriaan; FRUIN, R. *Manual de arranjo e descrição de arquivos: preparado pela Associação dos Arquivistas Holandeses*. 2. ed. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. 145 p. (Publicações técnicas AN, n. 25).
- PAES, M. L. *Arquivo: teoria e prática*. 3.ed. Rio de Janeiro. FGV, 2004.
- ROUSSEAU, J.-Y.; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- SHELLENBERG, T.R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6.ed.3. reimp. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- WEBER, Lisa B. *Archival Description Standards: concepts, principles and methodologies*. *American Archivist*, v.52, Fall, 1989.

APÊNDICE A – Estrutura de elementos descritivos da ISAAR (CPF)

| | |
|-------------------------|---|
| ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO | Tipo de entidade |
| | Forma(s) autorizada(s) do nome |
| | Formas paralelas do nome |
| | Formas normalizadas do nome de acordo com outras regras |
| | Outras formas do nome |
| | Identificadores para entidades coletivas |
| ÁREA DE DESCRIÇÃO | Datas de existência |
| | História |
| | Locais |
| | Status legal |
| | Funções, ocupações e atividades |
| | Mandatos/Fontes de autoridade |
| | Estruturas internas/Genealogia |
| | Contexto geral |
| ÁREA DE RELACIONAMENTOS | Nomes/Identificadores das entidades coletivas, pessoas ou famílias relacionadas |
| | Categoria do relacionamento |
| | Descrição do relacionamento |
| | Datas do relacionamento |
| ÁREA DE CONTROLE | Identificador do registro de autoridade |
| | Identificadores da instituição |
| | Regras e/ou convenções |
| | Status |
| | Nível de detalhamento |
| | Datas de criação, revisão ou obsolescência |
| | Idioma(s) e sistema(s) de escrita |
| | Fontes |
| Notas de manutenção | |

Apêndice B - Estrutura de elementos descritivos da ISDIAH

| | |
|-----------------------|---|
| ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO | Identificador |
| | Forma(s) autorizada(s) do nome |
| | Forma(s) paralela(s) do nome |
| | Outra(s) forma(s) do nome |
| | Tipo da instituição com acervo arquivístico |
| ÁREA DE CONTATO | Endereço(s) |
| | Telefone, fax, correio eletrônico |
| | Responsáveis para contato |
| ÁREA DE DESCRIÇÃO | História da instituição com acervo arquivístico |
| | Contexto geográfico e cultural |
| | Mandatos/Fontes de autoridade |
| | Estrutura administrativa |
| | Políticas de gestão e de entrada de documentos |
| | Prédio(s) |
| | Acervo arquivístico e outros acervos |
| | Instrumentos de pesquisa, guias e publicações |
| ÁREA DE ACESSO | Horário de funcionamento |
| | Condições e requisitos para acesso e uso |
| | Acessibilidade |
| ÁREA DE SERVIÇOS | Serviços de pesquisa |
| | Serviços de reprodução |
| | Áreas públicas |
| ÁREA DE CONTROLE | Identificador da descrição |
| | Identificador da instituição |
| | Regras e/ou convenções utilizadas |
| | Status |
| | Nível de detalhamento |
| | Datas de criação, revisão ou obsolescência |
| | Idioma(s) e sistema(s) de escrita |
| | Fontes |
| Notas de manutenção | |